

Título: Propostas no Congresso podem aumentar contas de luz

Veículo: Diário do Estado

Data: 29/04/2026

Diário do Estado

Siga Google Discover

Últimas notícias Política Negócios Celebridades Esportes Stories Especial Anuncie Publicidade Legal Impresso

Propostas no Congresso podem aumentar contas de luz



Joana Versailles 29 abril 2026 Poder

Os consumidores brasileiros enfrentam a perspectiva de aumentos adicionais nas contas de luz, além dos reajustes já superiores à inflação experimentados no primeiro semestre de 2023. Atualmente, 15 projetos de lei que tramitam na Câmara dos Deputados e visam beneficiar grupos específicos têm o potencial de pressionar ainda mais as tarifas de energia. Essas propostas, embora tenham objetivos sociais, podem redistribuir seus custos entre toda a população através das tarifas, alertam especialistas do **Instituto Acende Brasil**.

A **Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)**, que já ultrapassa os R\$ 50 bilhões anuais, pode ver uma nova escalada se essas medidas forem aprovadas. Entre as propostas destacam-se o fornecimento gratuito de energia fotovoltaica para famílias de baixa renda e a isenção de bandeiras tarifárias em regiões específicas, o que poderia elevar ainda mais a carga sobre consumidores que já sofrem com altas contas de luz.

Quais são os projetos que podem impactar seu bolso?

O **PL 4169/23**, por exemplo, propõe um desconto de 50% nas tarifas para consumidores com deficiência que vivem em lares com renda familiar de até dez salários mínimos. Esta iniciativa visa aliviar os custos adicionais enfrentados por essas famílias em tratamentos médicos e outras necessidades.

Outros projetos, como o **PL 3872/23** e o **PL 3759/23**, propõem que as bandeiras tarifárias não sejam aplicadas em estados que produzem mais energia renovável do que consomem. No entanto, essa medida poderia resultar em contas mais elevadas para consumidores em outras regiões.

Quais são os desafios para aprovar essas propostas?

Em um ano de eleição, há uma pressão significativamente maior sobre o Congresso para aprovar tais projetos, já que eles prometem benefícios diretos a parcelas específicas da população. No entanto, o principal desafio continua sendo a definição de fontes de financiamento claras para essas propostas. Sem essa clareza, os custos inevitavelmente caem sobre todos os consumidores, diluindo qualquer benefício imediato.

O debate entre oferecer benefícios sociais e manter as tarifas equilibradas é uma realidade desafiadora para os formuladores de políticas públicas. Como pontua o presidente-executivo da **Abrace**, Paulo Pedrosa, “É sempre tentador tentar fazer o bem para alguém, deixando outros pagarem a conta”. Pedrosa destaca a necessidade de romper com esse ciclo para desenvolver uma estratégia energética mais sustentável e justa.

Como a administração atual está lidando com o tema?

O **Governo Lula** tem concentrado esforços em equilibrar a expansão de programas sociais com a sustentabilidade fiscal. Desde o início de 2023, diversas iniciativas focaram em revisitar programas como o **Minha Casa Minha Vida** e o **Bolsa Família**, o que reflete uma tentativa de reestruturar a economia com um olhar mais social. No entanto, quando se trata do setor elétrico, as complexidades se multiplicam dada a intrincada rede de subsídios já existente.

Com uma aprovação popular em torno de 45%, o presidente precisa navegar cuidadosamente entre resolver problemas urgentes e manter a economia estável. Este tipo de decisão requer não apenas um equilíbrio político, mas também a implementação de reformas mais abrangentes dentro do setor elétrico. Com a agenda presidencial cheia, incluindo participações em eventos internacionais como a ONU em setembro, a expectativa é de que novas discussões sejam abertas em busca de soluções viáveis.

Enquanto isso, os brasileiros esperam por decisões que unam desenvolvimento econômico com inclusão social, sem prejudicar o equilíbrio das contas públicas. O desafio está posto: encontrar meios de oferecer suporte necessário sem exacerbar o ônus financeiro que já pesa sobre muitos lares em todo o país. A gestão eficaz dessas questões definirá não apenas o futuro das tarifas de energia, mas também a estabilidade política e econômica do Brasil nos próximos anos.